



Ministério da Educação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Departamento de Morfologia e Fisiologia Animal
Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal Tropical

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS, ORGANIZAÇÃO E DURAÇÃO

Art. 1º – O Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal Tropical (PPGCAT) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), constituído pelo Curso de Mestrado e Doutorado em Ciência Animal Tropical, tem por objetivo a formação e qualificação de recursos humanos, em alto nível, destinados ao exercício das atividades técnico-científicas, de pesquisa e ensino superior, visando atender as demandas dos setores público e privado.

Art. 2º – O PPGCAT é supervisionado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), através da Coordenadoria dos Programas de Pós-Graduação (CPPG), obedecendo às Normas Gerais dos Programas de Pós-Graduação e às demais disposições estatutárias e regimentais da UFRPE.

Art. 3º - A estrutura administrativa do PPGCAT é composta da Coordenação, do Colegiado de Coordenação Didática (CCD) e da Secretaria Administrativa.

Parágrafo Único – Na Coordenação atuam o Coordenador e o substituto eventual. A composição e as atribuições do CCD, assim como as atribuições da Coordenação, constam na Secção V do Regimento Geral da UFRPE, complementadas pelas Normas Gerais dos Programas de Pós-Graduação.

Art. 4º - O PPGCAT enquadra-se na área de Saúde nos Trópicos e deve manter-se estruturado buscando investir na formação de recursos humanos, nas seguintes linhas de pesquisa: Promoção à Saúde nos Trópicos; Morfofisiologia e Reprodução nos Trópicos; Medicina e Biologia da Conservação.

Art. 5º – O Curso de Mestrado em Ciência Animal Tropical tem duração mínima de 12 (doze) meses e máxima de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da matrícula inicial, devendo o candidato ao grau de Mestre: (i) integralizar o total de créditos e disciplinas obrigatórias exigidas pelo Programa; (ii) entregar e defender uma Dissertação; (iii) apresentar suficiência na língua inglesa; e (iv) comprovar a submissão de pelo menos um artigo científico procedente de sua Dissertação, como primeiro autor, para publicação em periódico qualificado, de acordo com os critérios utilizados

pela Área de Medicina Veterinária da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Art. 6º – O Curso de Doutorado em Ciência Animal Tropical tem duração mínima de 24 (vinte e quatro) meses e máxima de 48 (quarenta e oito) meses, devendo o candidato ao grau de Doutor: (i) integralizar o total de créditos e disciplinas obrigatórias exigidas pelo Programa; (ii) ser aprovado no exame de qualificação; (iii) apresentar suficiência na língua inglesa e espanhola; (iv) entregar e defender uma Tese; e (v) comprovar a submissão de pelo menos dois artigos científicos para publicação em periódico qualificado de acordo com os critérios utilizados pela Área de Medicina Veterinária, da CAPES, como primeiro autor. Os artigos, obrigatoriamente, deverão ser resultantes da Tese. O discente poderá optar pela submissão de um artigo científico e comprovação de depósito de uma patente.

Art. 7º – Em casos excepcionais, devidamente justificado, o prazo estabelecido no artigo 5º poderá ser prorrogado até o máximo de 06 (seis) meses, a critério do CCD.

Parágrafo Único – A solicitação de prorrogação deverá ser encaminhada para apreciação do CCD até 60 (sessenta) dias anteriores ao período máximo.

CAPÍTULO II DO CORPO DOCENTE

Art. 8º – O corpo docente do PPGCAT é constituído por professores doutores efetivos da UFRPE e de outras Instituições de Ensino e Pesquisa, que atendam aos critérios de credenciamento docente estabelecidos pela PRPPG.

§ 1º – Poderão fazer parte do corpo docente professores de outras Instituições de Ensino Superior do país ou do exterior, bem como pesquisadores ou técnicos nacionais ou estrangeiros, obedecidos os critérios de titulação e/ou desempenho acadêmico do “*caput*” deste artigo, com a aprovação do CCD.

§ 2º – O credenciamento de docentes permanentes pelo CCD do PPGCAT será realizado a partir de um edital específico. O(A) professor(a) candidato(a) deverá encaminhar uma solicitação à Coordenação do Programa. A documentação será encaminhada para a Comissão de Credenciamento e Descredenciamento Docente, composta por 03 (três) docentes do Programa (sendo 1 suplente) para avaliação.

§ 3º - A Comissão de Credenciamento e Descredenciamento Docente deverá considerar os seguintes critérios:

- I. Atuar em área considerada estratégica pelo CCD do PPGCAT;
- II. Ter pelo menos uma disciplina de sua inteira responsabilidade;
- III. Ter produção científica, nos últimos 03 (três) anos, compatível com as normas de qualidade e a quantidade das publicações, preconizadas pela CAPES para o nível atual do PPGCAT;
- IV. Ter comprovada experiência na formação de recursos humanos;
- V. Outras condições consideradas relevantes (técnicas, científicas e financeiras) e que venham a contribuir com o PPGCAT.

§ 4º - O credenciamento de docentes colaboradores pela Comissão de Credenciamento e Descredenciamento Docente do PPGCAT seguirá os mesmos critérios definidos para os membros permanentes. Os docentes colaboradores poderão passar para a categoria de permanente mediante solicitação ou análise da Coordenação e posterior aprovação pelo CCD.

§ 5º – Para permanência dos docentes colaboradores deverá ser levada em consideração:

- I. Perspectiva em se tornar docente permanente;
- II. O número de colaboradores não poderá ultrapassar um número máximo de 30% em relação ao número total de docentes permanentes.

§ 6º - Os docentes permanentes serão avaliados pelo CCD do Programa em período posterior àquele de avaliação quadrienal da CAPES, quanto a:

- I. Produção intelectual, de acordo com o documento da área da CAPES;
- II. Produção vinculada aos discentes do Programa de acordo com o documento da área da CAPES;
- III. Participação como docente em disciplinas do PPGCAT;
- IV. Atividade de orientação no Programa.

§ 7º - Os docentes que tenham deixado de cumprir com os critérios constantes no parágrafo anterior, no quadriênio de avaliação, serão descredenciados do Programa.

CAPÍTULO III DA ORIENTAÇÃO

Art. 9º – Cada aluno terá um orientador e no máximo, 2 (dois) coorientadores, indicados pelo orientador e aprovados pelo CCD do PPGCAT.

§ 1º – Em casos especiais, apreciados e aprovados pelo CCD, será formado um Comitê de Orientação temporário (por até 60 dias), constituído por 3 (três) docentes, o qual deverá indicar um novo orientador para o discente.

§ 2º – Para solicitar a inclusão do(s) coorientador(es) externo(s) ao Programa, deverão ser encaminhados para o CCD os seguintes documentos:

- I. Carta de encaminhamento com as justificativas para a inclusão do(s) coorientador(es), constando CPF se brasileiro ou Passaporte se estrangeiro;
- II. *Currículo Lattes* ou *Curriculum vitae* do(s) coorientador(es);
- III. Indicar quais etapas do projeto o(s) coorientador(es) estará(ão) envolvido(s), justificado por sua experiência na área.

§ 3º – A designação do orientador deverá ser feita no momento da matrícula no primeiro período letivo. A designação do(s) coorientador(es), deverá ser feita no máximo até seis meses antes da defesa da dissertação e/ou tese.

§ 4º – A apresentação do projeto de pesquisa para análise pelo CCD deverá obedecer ao padrão estabelecido pela CPPG e aos seguintes prazos: até o final do primeiro semestre de ingresso do aluno para o curso de Mestrado e até o final do segundo semestre de ingresso do aluno para o curso de Doutorado.

Art. 10 – A necessidade de mudança de orientador e do respectivo projeto em andamento poderá ser solicitada e justificada ao CCD, tanto pelo discente como pelo orientador, devendo a mudança ser aprovada pelo CCD.

CAPÍTULO IV DA MATRÍCULA E DO TRANCAMENTO NAS DISCIPLINAS E NO CURSO

Art. 11 – A matrícula dos candidatos selecionados e dos alunos especiais será realizada no período estabelecido no calendário acadêmico, através do SIG@ ou junto a Coordenação e Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA), mediante a entrega do formulário de inscrição nas disciplinas.

§ 1º – Os alunos que no momento da seleção para Mestrado e Doutorado ainda não haviam concluído os cursos de graduação ou Mestrado, respectivamente, só poderão ser matriculados mediante apresentação de diploma ou certificado de conclusão do curso.

§ 2º – Os alunos regulares devem renovar semestralmente a matrícula, caso contrário, serão considerados desistentes.

§ 3º – Os alunos que concluíram todos os créditos mínimos exigidos devem se matricular, semestralmente, em elaboração de dissertação ou tese.

Art. 12 – O aluno poderá solicitar a Coordenação do PPGCAT, com anuência do orientador, o trancamento de matrícula em disciplina, antes de transcorrido 1/3 (um terço) das atividades da mesma, não sendo, neste caso, a disciplina computada no histórico escolar.

Parágrafo Único – Não será admitido mais de um trancamento de matrícula por disciplina, exceto por motivo de doença ou de força maior, devidamente comprovado e avaliado pelo CCD.

Art. 13 – O aluno poderá, obtida a concordância de seu orientador, modificar a matrícula de uma ou mais disciplinas, de acordo com o calendário acadêmico, observada a disponibilidade de vaga.

Art. 14 – O aluno, com aquiescência de seu orientador e aprovação do CCD, poderá solicitar trancamento da matrícula no curso por motivo relevante, até o prazo máximo de 06 (seis) meses, sendo o período de trancamento contado dentro do prazo de integralização do curso, previsto nos Artigos 5º e 6º.

Parágrafo Único – Não será permitido o trancamento da matrícula no curso o aluno que:

- I. Esteja cursando o primeiro período letivo;
- II. Esteja no período de prorrogação, previsto no Artigo 7º.

CAPÍTULO V

SECÇÃO I - DO REGIME DIDÁTICO

Art. 15 – O Curso de Mestrado em Ciência Animal Tropical será constituído por disciplinas obrigatórias e optativas. Para integralização do Curso serão exigidos, no mínimo, 40 (quarenta) créditos, sendo 24 (vinte e quatro) créditos obtidos em disciplinas, além de 16 (dezesesseis) créditos correspondentes à disciplina Trabalho de Dissertação.

§ 1º – São consideradas disciplinas Obrigatórias no curso de Mestrado do PPGCAT: Trabalho de Dissertação, Apresentação de Projetos de Pesquisa I, Seminário em Ciência Animal Tropical I-A, Seminário em Ciência Animal Tropical I-B, Estágio Docência I-MS, Metodologia e Redação Científica. As demais disciplinas serão escolhidas pelos discentes com anuência do seu orientador.

§ 2º- A disciplina Apresentação de Projetos de Pesquisa I deverá ser cursada no 1º semestre do mestrado.

§ 3º - As disciplinas Seminário em Ciência Animal Tropical I-A e Seminário em Ciência Animal Tropical I-B deverão ser cursadas no 2º semestre do mestrado.

Art. 16 – O Curso de Doutorado em Ciência Animal Tropical compreenderá disciplinas Obrigatórias e Optativas. Para integralização do Curso serão exigidos, no mínimo, 70 (setenta) créditos, sendo 48 (quarenta e oito) créditos em disciplinas, e 22 (vinte e dois) créditos correspondentes à disciplina Trabalho de Tese.

§ 1º – São consideradas disciplinas Obrigatórias no curso de Doutorado do PPGCAT: Trabalho de Tese, Apresentação de Projetos de Pesquisa II, Seminário em Ciência Animal Tropical II-A DR, Seminário em Ciência Animal Tropical II-B DR, Estágio Docência II-A DR, Estágio Docência II-B DR, Metodologia e Redação Científica. As demais disciplinas serão escolhidas pelos discentes com anuência do seu orientador.

§ 2º- A disciplina Apresentação de Projetos de Pesquisa II deverá ser cursada no 1º semestre do Doutorado.

§ 3º - A disciplina Seminário em Ciência Animal Tropical II-A DR deverá ser cursada no 2º semestre do Doutorado.

§ 4º - A disciplina Seminário em Ciência Animal Tropical II-B DR deverá ser cursada no 3º semestre do Doutorado.

§ 5º - O Estágio Docência será regulamentado de acordo com os critérios da CAPES.

Art. 17 – O aproveitamento de cada disciplina será avaliado através de exames, trabalhos e/ou projetos, bem como pela participação e interesse demonstrados pelo aluno e expresso em conceito, de acordo com a seguinte escala:

“A”	- Excelente.....	9,0 – 10,0 (com direito a crédito)
“B”	- Bom.....	7,5 – 8,9 (com direito a crédito)
“C”	- Regular.....	6,0 – 7,4 (com direito a crédito)
“D”	- Reprovado.....	0,0 – 5,9 (sem direito a crédito)

§ 1º – Os conceitos “A”, “B” e “C” aprovam e o “D” reprova, sendo que o conceito “D” permite ao aluno a repetição da disciplina, por mais uma vez apenas.

§ 2º – O conceito obtido após a repetição da disciplina, anteriormente com o conceito “D”, será utilizado para o cálculo da média no semestre de sua repetição.

§ 3º – O discente, obrigatoriamente, deverá frequentar um mínimo de 75% das horas de aula de cada disciplina cursada durante o semestre. O não cumprimento desta frequência implica em reprovação por falta.

§ 4º – A média semestral de aproveitamento será calculada pela média ponderada, em que “A” = 4, “B” = 3, “C” = 2, “D” = 0. Neste cálculo, os valores dos conceitos serão multiplicados pelos respectivos créditos e divididos pela soma dos créditos.

§ 5º – Os professores enviarão à Coordenadoria do PPGCAT a avaliação final das disciplinas, no prazo estabelecido pelo calendário acadêmico.

Art. 18 - Todo(a)s os aluno(a)s deverão entregar um relatório ao final de cada semestre letivo, de acordo com o modelo especificado pela Coordenação do PPGCAT.

Art. 19 – Será desligado do PPGCAT o aluno que:

- I. Obtiver, em qualquer período letivo, média ponderada, nas disciplinas cursadas, inferior a 2,0 (dois);
- II. Obtiver, em 2 (dois) períodos letivos consecutivos, média geral ponderada nas disciplinas cursadas, inferior a 3,0 (três);
- III. Obtiver conceito “D” em qualquer disciplina repetida;
- IV. abandonar, sem justificativa, uma ou mais disciplinas;
- V. Não completar suas atividades no curso no período máximo de 24 (vinte e quatro) meses, para o curso de Mestrado, inclusive com a entrega de dissertação, e 48 (quarenta e oito) meses para o Doutorado, inclusive com a entrega da tese, ressalvado o disposto no artigo 7º.
- VI. Ser reprovado por 2 (duas) vezes no exame de qualificação.
- VII. Não demonstrar desempenho acadêmico satisfatório nos relatórios semestrais de acompanhamento.

Parágrafo Único – Nos prazos máximos especificados no item “e” deste artigo incluem-se os meses porventura interrompidos por quaisquer que sejam os motivos.

Art. 20 – Aos alunos de Doutorado será exigido o Exame de Qualificação, cujos objetivos são:

- I. Avaliar o progresso do projeto de pesquisa desenvolvido por estudantes no nível de doutorado;
- II. Avaliar o crescimento intelectual e científico do estudante doutorando;
- III. Avaliar a capacidade didática do estudante doutorando;
- IV. Produzir o aperfeiçoamento, caso necessário, do projeto de pesquisa do estudante doutorando.

§ 1º - O orientador deve solicitar, por meio de memorando à Coordenação do PPGCAT, a realização de exame de qualificação de seu orientando no máximo de 30 meses após o início do curso e indicar o nome de professores/pesquisadores que comporão a banca examinadora.

§ 2º - A banca examinadora será composta pelo presidente (orientador) e por 3 (três) membros titulares, sendo, ao menos 1 (um) membro externo e outro interno ao PPGCAT. Todos os membros deverão ser portadores do título de Doutor.

§ 3º - O orientador presidirá a banca examinadora de qualificação, mas não participará da avaliação do orientando.

§ 4º - A seção de qualificação de doutorado será fechada, restrita apenas aos membros da banca.

§-5º - São exigências para a realização do exame de qualificação no nível de doutorado:

- I. Projeto de pesquisa aprovado pelo CCD
- II. Cumprimento de todos os créditos de disciplinas do curso;
- III. Entrega de um relatório, organizado com os seguintes capítulos: Capa, Resumo, Introdução, Objetivos, Revisão de Literatura, Metodologia, Resultados Parciais, Discussão, Referências Bibliográficas, Cronograma Futuro, Justificativa (caso não tenha cumprido etapas do projeto), assinatura do estudante e do orientador;
- IV. Elaboração de um artigo científico
- V. Apresentação oral (30 a 40 minutos) do relatório e artigo decorrente da Tese, obtidos até momento do exame de qualificação para banca examinadora.

§ 6º - São critérios para a não aprovação no exame de qualificação:

1. Insuficiência de dados para apresentação de resultados;
2. Não cumprimento do cronograma previsto originalmente, desde não adequadamente justificado;
3. Insuficiência de conhecimento científico sobre o assunto da Tese.

§ 7º - A banca examinadora atribuirá o conceito de APROVADO ou NÃO APROVADO, considerando parecer da maioria de seus membros.

§ 8º – Só será considerado aprovado(a) o(a) aluno(a) que apresentar comprovante de submissão até no máximo (6) seis meses do exame de qualificação. O artigo deverá ser submetido a um periódico qualificado, de acordo com os critérios utilizados pela Área de Medicina Veterinária, da CAPES, como primeiro autor, decorrente da tese.

§ 9º - O estudante não aprovado no exame de qualificação poderá solicitar a marcação de novo exame após 30 dias da realização do primeiro exame e deverá realizá-lo até no máximo 6 meses após o mesmo;

§ 10º - O estudante não aprovado pela segunda vez no exame de qualificação será desligado do Programa.

§ 11º – O Exame de Qualificação do Doutorado deverá ser realizado com, no máximo de 30 meses, a partir da matrícula no Curso.

Art. 21 – Para realização do Exame de Qualificação o aluno precisa ter integralizado o número mínimo de créditos em disciplinas, conforme artigo 26º;

SECÇÃO II – DO SISTEMA DE CRÉDITOS

Art. 22 – O controle da integralização curricular será feito pelo sistema de créditos correspondendo 1 (um) crédito a 15 horas.

Parágrafo Único – Os créditos obtidos de Mestrado poderão ser aprovados para o Doutorado e o CCD do Programa deliberará sobre o número máximo, que não deverá exceder a 24 (vinte e quatro) créditos.

Art. 23 – Poderão ser aceitos, a critério do CCD, créditos de Programas de Pós-Graduação obtidos em outras universidades nacionais ou estrangeiras.

§ 1º – Para revalidação desses créditos, deverão ser levados em consideração a instituição ministrante, a época de realização, o conteúdo programático, a carga horária, o número de créditos e os conceitos obtidos.

§ 2º – Alunos transferidos de outros Cursos de Pós-Graduação poderão ter seus créditos aprovados pelo CCD, até o máximo de 2/3 (dois terços) do número total de créditos exigidos para se obter o grau de Mestre e/ou Doutor.

§ 3º – Disciplinas transferidas de outras instituições, uma vez aprovadas pelo CCD, contarão créditos, não computados para o cálculo da média geral, e receberão o conceito “T” (Transferidas).

§ 4º – Disciplinas revalidadas da mesma instituição, uma vez aprovadas pelo CCD, contarão créditos, não computados para o cálculo da média geral, e receberão o conceito “R” (Revalidadas).

CAPÍTULO VI DAS DISSERTAÇÕES E TESES

Art. 24 – Para obtenção do título de Mestre, será exigida a apresentação de Dissertação baseada em trabalho de pesquisa original desenvolvido pelo aluno.

Art. 25 – Para obtenção do título de Doutor, será exigida a apresentação de Tese, que represente trabalho inédito de pesquisa desenvolvido pelo aluno.

Art. 26 – O assunto de Dissertação ou Tese será escolhido pelo orientador, em comum acordo com o aluno, devendo estar contido na área de concentração e vinculado às linhas de pesquisa do PPGCAT.

Art. 27 – A Dissertação ou Tese, quanto à sua organização escrita e apresentação, deverá observar as Normas da ABNT, no entanto, alternativamente poderão ser utilizados artigos e/ou patentes no corpo da dissertação/tese, como descrito no parágrafo abaixo.

Parágrafo Único – A Dissertação ou Tese deverá ser organizada como descrito a seguir:

- Capa: Deverá conter o nome da instituição com o símbolo respectivo e nome do programa de pós-graduação no alto; o título do trabalho; o nome do estudante; a localidade da defesa e o ano.

- Página de rosto: Deverá conter as informações presentes na capa, e as informações abaixo:

“Tese (ou Dissertação) submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Ciência Animal Tropical, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor(a) (ou Mestre) em Ciência Animal Tropical.

Orientador e Co-orientador: Nome completo do orientador e do co-orientador, caso possua”.

- Ficha catalográfica: Deverá estar presente no verso da página de rosto e seguir a orientação do setor de responsável da Biblioteca Central da UFRPE.

- Folha de assinaturas da banca examinadora: Deve conter o seguinte texto:

“Tese (ou Dissertação) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal Tropical, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor (ou Mestre) em Ciência Animal Tropical, outorgado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, à disposição na Biblioteca Central desta universidade”. Deve-se adicionar um espaço para assinatura do estudante, seguido da data de aprovação da Tese ou Dissertação. Abaixo, deverão ser relacionados os nomes e afiliações dos componentes da banca examinadora, iniciando-se pelo nome do orientador.

- Dedicatórias e/ou reflexões: Dedicatórias e reflexões, caso sejam incluídas, devem estar presentes em folhas separadas.

- Agradecimentos: Caso sejam incluídos, devem ser dedicados aos colaboradores diretos e indiretos da pesquisa realizada, evitando-se agradecimentos de ordem pessoais não relacionados à mesma.

- Fontes financiadoras: As fontes financiadoras do projeto (bolsas, auxílios financeiros) devem ser relacionadas em uma folha em separado.

- Sumário: Deverá conter em detalhe as principais seções do trabalho.
- Lista de Figuras: Deve reproduzir o título de todas as figuras do trabalho, na ordem em que aparecem no texto, sem detalhamento de metodologias ou notas de rodapé.
- Lista de Tabelas: Deve reproduzir o título de todas as tabelas do trabalho, na ordem em que aparecem no texto, sem detalhamento de metodologias ou notas de rodapé.
- Abreviaturas e Definições: No caso de número significativo de abreviaturas para palavras de terminologia incomum, deverá ser adicionada uma lista de abreviaturas com respectiva definição em uma folha em separado.
- Resumo: O resumo deve ser limitado a 250 palavras e deve expressar o objetivo principal do trabalho, a descrição geral da metodologia utilizada, os principais resultados encontrados e a conclusão do trabalho. Seis palavras-chaves, afora aquelas presentes no título, devem ser relacionadas após o resumo.
- Abstract: Deve reproduzir as mesmas informações do resumo na língua inglesa.
- Qualificação do Problema (1 a 2 páginas): Deve apresentar o problema que se deseja enfrentar com a pesquisa, deixando clara a limitação no conhecimento atual sobre o assunto abordado.
- Revisão de Literatura: Deve detalhar a problemática enfrentada à luz do conhecimento atual, apresentando de forma coesa literatura recente sobre a temática em questão, e justificar o esforço científico com o projeto executado.
- Objetivo Geral: Deve esclarecer o principal objetivo do trabalho.
- Objetivos Específicos: Deve esclarecer os principais objetivos específicos que não estão implícitos no objetivo geral.
- Artigos/Patente: Deve apresentar os artigos/patente produzidos ao longo do estudo, em língua portuguesa ou em outro idioma, com formatação própria considerando o modelo da versão final publicada pelo periódico ou legislação vigente ao qual o trabalho deverá ser ou foi enviado.
- Conclusão ou Considerações Finais: Deve apresentar a conclusão geral do trabalho fazendo referência ao objetivo geral do mesmo.
- Referências Bibliográficas: Deve relacionar as referências apresentadas nas seções de Qualificação do Problema e Revisão de Literatura, de acordo com as normas da ABNT vigentes.
- Apêndices: Devem ser adicionados no caso de material suplementar produzido pelo estudante.
- Anexos: Devem ser adicionados no caso de material suplementar de outros autores, considerando a norma ética com referência aos autores, essencial para a compreensão completa do estudo realizado.

Art. 28 – O Orientador encaminhará ao Coordenador do PPGCAT, até 60 dias antes da data prevista para a defesa, um processo contendo a solicitação de designação da banca examinadora (informando o atendimento ao Artigo 39) e data para defesa, além do resumo da Dissertação ou Tese, histórico escolar.

Parágrafo Único – Deverá o Coordenador do PPGCAT, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o recebimento do processo, reunir o CCD para as devidas providências.

Art. 29 – A entrega dos exemplares da dissertação/tese aos membros da banca deverá ser realizada após a aprovação da Banca Examinadora pelo CCD, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias da data de defesa da Dissertação ou Tese.

Art. 30 – Para a defesa da Dissertação serão designados o presidente (o orientador), no mínimo 2 (dois) membros titulares e 2 (dois) suplentes e, para a defesa da Tese, designados o presidente (o orientador), 4 (quatro) membros titulares e 2 (dois) suplentes, todos portadores do título de Doutor (tanto para mestrado quanto para doutorado).

§ 1º – A banca examinadora do Mestrado será constituída pelo menos por 1 (um) membro externo ao Programa.

§ 2º – A banca examinadora do Doutorado será constituída pelo menos por 2 (dois) membros externos, sendo 1 (um) externo à IES e o outro ao Programa.

§ 3º – Em caso de impedimento do Orientador, assumirá a Presidência da Banca Examinadora o coorientador ou o examinador mais antigo no magistério.

§ 4º – O suplente participará da Banca no impedimento de um dos examinadores.

§ 5º - Na composição da banca examinadora de Tese de Doutorado será facultado a participação de apenas 1 (um) co-orientador, sendo vetada a participação de co-orientador na banca examinadora de Dissertação.

Art. 31 – A sessão de defesa da Dissertação ou Tese consistirá de duas etapas:

§ 1º - Exposição oral pelo candidato, no tempo máximo de 40 (quarenta) minutos;

§ 2º - Arguição pela Banca Examinadora, na qual cada membro examinador terá no máximo 30 minutos para arguição.

Art. 32 – Na avaliação da defesa pública da Dissertação ou Tese, cada examinador expressará seu julgamento, mediante a atribuição de conceitos: “A” = aprovado; ou “R” = reprovado, considerando-se aprovada a Dissertação ou Tese quando o conceito “A” for atribuído pela maioria dos examinadores.

§ 1º – Será facultado a cada examinador, juntamente com atribuição do conceito, emitir parecer final com sugestões, para aperfeiçoamento do trabalho.

§ 2º – Para os casos em que haja necessidade de reformulação e/ou correções, a critério da Banca Examinadora, será dado um prazo máximo de 2 (dois) meses para a mesma ser executada. Caso não seja cumprido, o aluno perderá o direito a receber o diploma.

Art. 33 – O aluno deverá apresentar, à Coordenadoria do PPGCAT, 01 (uma) cópia impressa da redação final da Dissertação ou Tese acompanhada da versão digital da mesma em CD, no prazo máximo de 60 dias.

Parágrafo único - A versão final da dissertação ou tese deverá ser encadernada com capa dura na cor azul Royal com letras douradas (na capa e na lombada, identificando o tipo dissertação ou tese no canto superior, autor no centro e ano de realização no canto inferior).

CAPÍTULO VII DOS TÍTULOS E CERTIFICADOS

Art. 34 – Os requisitos mínimos para obtenção do título de Mestre são:

- I. completar o número mínimo de créditos em disciplinas;
- II. ser aprovado em defesa pública da Dissertação;
- III. comprovar a submissão de pelo menos 1 (um) artigo científico em periódico qualificado de acordo com os critérios utilizados pela Área de Medicina Veterinária, levando em consideração o Qualis (CAPES), decorrente da dissertação;
- IV. encaminhar a versão final da Dissertação no prazo previsto no Parágrafo 2º do Artigo 42 destas Normas.

Art. 35 – Os requisitos mínimos para obtenção do título de Doutor são:

- I. Completar o número mínimo de créditos em disciplinas;
- II. Ser aprovado em Exame de Qualificação;
- III. Ser aprovado em defesa pública da Tese;
- IV. Comprovar a submissão de pelo menos 2 (dois) artigos científicos em periódico qualificado de acordo com os critérios utilizados pela Área de Medicina Veterinária, levando em consideração o Qualis (CAPES). O discente poderá optar pela submissão de um artigo científico e comprovação de depósito de uma patente conforme artigo 6º;
- V. Encaminhar a versão final da Tese no prazo previsto no Parágrafo 2º do Artigo 44 destas Normas.

Art. 36 – A cópia da ata da defesa de Dissertação ou Tese será enviada a PRPPG e ao DRCA.

Parágrafo 1º - Nos casos de dissertação será enviado também a declaração final, atestando que o discente cumpriu todos os requisitos para a obtenção do respectivo título; no caso de tese será enviado ainda cópia da ata de qualificação.

Art. 37 – O aluno do Curso de Mestrado em Ciência Animal Tropical, com o aval do orientador, poderá requisitar a transição direta para o Curso de Doutorado em Ciência Animal Tropical, sem a defesa de Dissertação, desde que obedecendo ao disposto a seguir:

- I. Integralização dos créditos exigidos pelo Mestrado até o final do segundo semestre de matrícula no Curso;
- II. Encaminhamento de solicitação com, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias antes da matrícula no terceiro semestre do Curso;
- III. Obtenção do conceito “A” em todas as disciplinas do Mestrado;
- IV. Apresentação de 2 (duas) cartas de recomendação de professores que não sejam da Comissão de Avaliação e nem do Comitê de Orientação;
- V. Defesa prévia do plano de trabalho à Comissão de Avaliação;
- VI. Aprovação do candidato pela Comissão de Avaliação;
- VII. Homologação do resultado pelo Colegiado de Coordenação Didática;

§ 1º – A Comissão de Avaliação deverá ser constituída por 3 (três) membros doutores, com, no mínimo, 1 (um) externo ao Programa, indicados pelo CCD do PPGCAT.

§ 2º – O tempo de permanência do aluno vinculado ao Curso de Doutorado será igual ou inferior a 4 (quatro) anos, fazendo parte desse período o tempo no qual o aluno esteve matriculado no Curso de Mestrado.

§ 3º – O aluno que optar pela transição terá direito apenas ao diploma de Doutor.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 38 – Os casos omissos nestas Normas que não forem elucidados em nível de CCD, serão submetidos à deliberação da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação do CEPE/UFRPE.

Art. 39 – Das decisões da Coordenação do PPGCAT caberá recurso para o CCD e, em instância superior, para a Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação do CEPE/UFRPE.

Art. 40 – Estas Normas entram em vigor a partir da data de sua aprovação pelo CCD-PPGCAT.

Aprovado sob **Decisão nº 131/2019.**
Recife/PE, em 18 de setembro de 2019.